

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 24

## RACISMO, PODER E LEGITIMAÇÃO: OS DISCURSOS SOBRE DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA GESTÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)

Débora Cristina de Araujo - UFES

Agência Financiadora: CAPES

### Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa que analisou como o racismo operou, via discursos, na gestão do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE). A partir de referenciais teóricos da Análise Crítica de Discurso, da teoria literária e dos estudos críticos sobre relações raciais no Brasil, foi analisada uma entrevista feita com representante da avaliação pedagógica do PNBE. Os resultados indicaram que o poder simbólico foi demonstrado e exercido pela definição de critérios subjetivos tanto na composição dos membros da equipe de avaliação como na forma de seleção dos acervos do PNBE. Aliado a isso, a estratégia da legitimação foi predominante nos discursos sobre o Programa, sobretudo nos argumentos de defesa do cânone como forma de manutenção da qualidade literária, e na política de exclusão de obras “militantes” por serem supostamente sinônimas de baixa qualidade.

**Palavras-chave:** Discursos; Literatura; PNBE; Racismo.

### Introdução

O Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE) representa a maior política educacional brasileira de distribuição de livros a bibliotecas de escolas públicas. Desde 1997, o PNBE modificou a “identidade” das bibliotecas das escolas públicas no Brasil ao fornecer obras literárias com qualidade tanto física (em características e formatos similares ou idênticos aos livros comercializáveis) quanto estéticas, atuando efetivamente como um Programa preocupado com a formação de leitoras e leitores, ainda que a despeito de fragilidades no tocante a autoavaliação do impacto dessa política<sup>1</sup>. Neste texto serão apresentados resultados de uma pesquisa que investigou o Programa Nacional de

---

<sup>1</sup> Para mais informações sobre a avaliação desta política educacional, ver uma publicação do Ministério da Educação de um estudo elaborado por Andréa Berenblum e Jane Paiva (BRASIL, 2008).

Biblioteca da Escola (PNBE) sob uma perspectiva não recorrente no campo: a partir da premissa de que há marcas de racialização operando na estrutura desse Programa tanto na composição dos acervos quanto na própria gestão da política.

Vários estudos – dentre os quais destacam-se os de Gládis Kaercher (2006), Ana Carolina Venâncio (2009) e Naiane Rufino Lopes (2012) – que investigaram os acervos de livros desse Programa identificaram desigualdades simbólicas no que se refere à diversidade humana: predominam obras clássicas (ou canônicas) com sub-representação de personagens<sup>2</sup> não brancas e/ou com tais personagens em contextos de estereotipia. E de modo geral esses estudos indicaram que talvez o grande problema incida sobre o processo de avaliação e seleção das obras dos acervos do PNBE. Foi partindo desses resultados que a investigação apresentada neste texto empreendeu análise dos discursos produzidos pela equipe responsável pelo processo de avaliação pedagógica e de seleção dos livros que compõem tal Programa. Considera-se que mais do que mera expressão do pensamento, o discurso pode revelar uma maior ou menor capacidade de acesso e de manipulação de recursos para o benefício de um grupo sobre outro. Portanto, o discurso, para este estudo, tem direta relação com o poder. Teun A. van Dijk (2008), um dos referenciais teóricos adotados neste estudo, salienta a necessidade de analisar no discurso como se operam as demonstrações de poder ou se produzem campos de poder e de dominação.

[...] de alguma forma precisamos relacionar propriedades típicas do macronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos típicos do macronível da sociedade como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação (VAN DIJK, 2008, p. 9- 10)

Embora a Análise Crítica do Discurso (ACD), na perspectiva desenvolvida por esse autor, não seja um método e sim, conforme ele argumenta, represente “um domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina distribuída por todas as ciências humanas e sociais” (VAN DIJK, 2008, p. 11), trata-se de um importante instrumento para a interpretação dos discursos a partir da perspectiva dos grupos oprimidos. A ideia de “Crítica” prevalecendo na ACD remonta à compreensão de que a análise do discurso tradicionalmente pautou-se em investigar a “perspectiva do[s] grupo[s] dominado[s] e do[s] seu[s] interesse[s]” (VAN DIJK, 2008, p. 15). Torna-se necessário, para realmente

---

<sup>2</sup> Neste texto será generalizado o vocábulo “personagem/personagens” no feminino, como era a origem etimológica dessa palavra. Nas citações, será mantido conforme a grafia adotada pela autora ou autor.

desenvolver uma análise crítica, que o discurso seja investigado também pela ótica do dominado a fim de mostrar o quanto “as ações discursivas do grupo dominante são ilegítimas” se partindo apenas de seus interesses. E, a partir da evidenciação dessa ilegitimidade, formular “alternativas viáveis aos discursos dominantes que são compatíveis com os interesses dos grupos dominados” (VAN DIJK, 2008, p. 15).

Assim, ao imergir na análise dos discursos produzidos acerca do PNBE e tendo como premissa um processo de racialização atuando organicamente neste Programa, pretende-se mostrar o quanto os discursos acerca do PNBE reiteram os interesses de grupos dominantes. Neste caso, os grupos dominantes são marcados por identidades padronizadas e padronizadoras: padronizadas porque são brancas/os, têm poder e são defensoras/es de uma literatura monocultural pautada em valores eurocêntricos; e são padronizadoras pois impedem ou ao menos inviabilizam o acesso do grande público atendido pelo PNBE a referenciais literários oriundos de outras perspectivas culturais, sociais, históricas e, sobretudo, étnico-raciais.

Unindo-se à ACD, outras autoras e autores comporão o quadro teórico deste artigo. Maria Aparecida Silva Bento (2002) mostra, na dimensão das relações raciais, o quanto a ideia de raça é pouco mobilizada por brancas/os quando se trata de serem incluídas/os na relação de opressor-oprimido mas recorrentemente utilizada quando se trata de visibilizar a/o negro/a como o “outro”.

Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite fez uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social. O outro lado dessa moeda é o investimento na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o negro, que solapa sua identidade racial, danifica sua autoestima, culpa-o pela discriminação que sofre e, por fim, justifica as desigualdades raciais (BENTO, 2002, p. 25-26).

Mesmo considerando que a análise aqui empreendida seja direcionada a instituições e não a sujeitos individuais, a perspectiva proposta por Bento corrobora e contribui com a interpretação de que o discurso produzido por brancas/os sobre negras/os é frequentemente marcado em convenções racializadoras e que ganham amplitude quando se fazem presentes no interior de instituições de poder.

E nesse objetivo de evidenciar os discursos a partir da intrínseca relação entre valores racializados de mundo e a dimensão de poder, mostrando de onde provém tais

discursos e qual a força semântica, simbólica e prática deles, outro autor acionado neste estudo é John B. Thompson (2002), a partir do quadro de “Modos e estratégias de operação da ideologia”. Para esse autor, que desenvolveu um conceito particular de ideologia<sup>3</sup>, as relações de dominação são demonstradas por modos e estratégias específicos: pode ser, por exemplo, pelo modo denominado de “legitimação”, conceito derivado de Max Weber e que implica o estabelecimento de relações de dominação desenvolvidas e “sustentadas [...] pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, como justas e dignas de apoio” (THOMPSON, 2002, p. 82); ou pode ser pela estratégia de “naturalização”, que consiste em transformar um fato ou um estado de coisas que é uma criação social ou histórica em “um acontecimento natural ou como resultado inevitável de características naturais, do mesmo modo como, por exemplo, a divisão socialmente instituída do trabalho entre homens e mulheres [...]” (THOMPSON, 2002, p. 88).

É com essa perspectiva – de discurso relacionado a poder e poder relacionado à dominação – que o presente estudo pretende desvelar elementos implícitos na avaliação e seleção das obras que compõem o PNBE, entendendo esse Programa como uma política de promoção da leitura que deve estar integrada às demais políticas educacionais vigentes, dentre elas o reconhecimento, valorização e promoção da diversidade étnico-racial<sup>4</sup>.

### **Os discursos da avaliação pedagógica do PNBE**

Para atender às dimensões e limites do artigo, apenas parte da entrevista que foi realizada com representante pela avaliação pedagógica dos livros do PNBE será apresentada. Sem possibilidade de muitos detalhamentos sobre a biografia da entrevistada, é relevante destacar seu pertencimento étnico-racial – branco – e seu gênero: feminino. A entrevista ocorreu em 10/07/2013, na sede da instituição responsável pela avaliação pedagógica do PNBE pelo período de 2006 a 2015<sup>5</sup>: o Centro de Alfabetização,

---

<sup>3</sup> Ideologia para ele é a maneira “como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve para *estabelecer e sustentar* relações de dominação” (THOMPSON, 2002, p. 78, grifos do autor).

<sup>4</sup> É importante ressaltar que o conceito de diversidade étnico-racial adotado neste texto converge com o que define Nilma Lino Gomes (2008, p. 105, nota 2): “a expressão diversidade étnico-racial [...] refere-se às dimensões, aos significados e às questões que envolvem a história, a cultura, a política, a educação e a vida social dos negros (pretos e pardos) no Brasil”.

<sup>5</sup> Em função da conjuntura política atual em que tanto o cronograma do PNBE quanto do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) estão atrasados, não é possível atualmente afirmar se tal instituição será a responsável pela avaliação das demais edições, caso elas ocorram.

Leitura e Escrita (Ceale), localizado na Faculdade de Educação (Fae) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diferentemente das expectativas de que a entrevista teria alto grau de formalidade e com respostas breves em função do tema<sup>6</sup>, a maneira descontraída e a forma de recepção por parte da entrevistada levou a um processo que durou mais de duas horas. No entanto, nas fases posteriores à entrevista (devolutiva da transcrição à entrevistada e aprovação ou não do texto), foram se estabelecendo algumas dificuldades: a entrevistada solicitou alterações de ordem de linguagem (de nível informal para mais formal) pois, segundo ela, sua postura foi excessivamente “solta” e sem censuras. E mesmo concordando com van Dijk (2008) sobre a ideia de que “especialmente os autores profissionais e as organizações devem ter um entendimento acerca de quais são as possíveis ou prováveis consequências de seus discursos sobre as representações sociais de seus receptores” (VAN DIJK 2008, p. 33), foi estabelecido um maior cuidado com a análise de sua entrevista, considerando que muitas das suas declarações foram realizadas em alto nível de informalidade, reiterando: nível estabelecido pela própria entrevistada.

Os registros foram realizados com dois gravadores, sendo um *MP3 Player LSC\_91N171V\_A1 9.1.52*, e um aparelho de celular *Samsung Duos GT – S5303B*. Para fins de facilitação da leitura, os registros de fala da entrevistada utilizarão o código: REPRESENTANTE DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DO PNBE por meio da sigla RAP-PNBE. E da pesquisadora será utilizado a sigla: PQ. As perguntas propostas para a entrevista analisada foram organizadas em um formato de questionário semiestruturado. Uma ressalva feita pela entrevistada é relevante ser destacada:

**RAP-PNBE:** *Eu só acho que se você conseguir produzir um trabalho falando mais do esforço das temáticas se fazerem presentes no acervo nos acervos do PNBE com uma literatura de qualidade, isso é melhor do que episódios que provocaram tensões.*

Tal ressalva foi constantemente considerada antes e durante a produção das análises a seguir. No entanto, para os interesses deste texto, omitir ou ignorar importantes declarações sobre a relação literatura infanto-juvenil, diversidade étnico-racial, racismo e movimentos sociais seria um prejuízo, além de não convergir com a posição demarcada

---

<sup>6</sup> Acrescenta-se a isso a ressalva de van Dijk (2008, p. 22): “Na prática do trabalho de campo, a regra geral é que quanto mais altos e influentes os discursos menos eles se mostram públicos e acessíveis para um exame crítico [...]”.

neste estudo que é de reconhecer e refletir “sobre seus próprios compromissos com a pesquisa e sobre sua posição na sociedade”, além “de assumir a perspectiva dos grupos dominados [...] [na tentativa de] tentar influenciar e cooperar com ‘agentes de mudança’ ou ‘dissidentes’ cruciais dos grupos dominantes (VAN DIJK, 2008, p. 16).

Perguntada sobre o perfil dos membros da equipe de avaliação, ficou evidente a exigência de relação profissional e/ou acadêmica com a área de Letras ou Educação, mas critérios subjetivos também se faziam presentes:

**RAP-PNBE:** [...] Hoje, depois que esse processo está consolidado, recebemos alguns e-mails do tipo: ‘Como eu faço para ser avaliador do PNBE?’. Então hoje a demanda já surge assim. E aí nós já perguntamos à pessoa sobre suas qualificações e teve gente que já entrou assim.

No entanto, se tal subjetividade por um lado ocorre em função da qualificação comprovada como pré-requisito, ao ser indagada sobre outras possibilidades de ingresso de pareceristas com perfis acadêmicos adequados e também vinculação com instituições e movimentos sociais, a autora não reconhece como legítima:

**RAP-PNBE:** Não, nunca me ocorreu isso não. O que tentamos é absorver individualmente as pessoas. Por exemplo, tem um grupo forte aqui de ações afirmativas. Tem pessoas que são

**PQ:** Mas com o foco especificamente, por exemplo, uma seleção específica para a composição de membros que tenham essa vinculação, essa trajetória?

**RAP-PNBE:** Não, eu acho que nem o edital permite.

Ao não permitir esse tipo de ingresso, mas havendo certa flexibilidade na seleção de pareceristas, que é explicitamente subjetiva, a equipe responsável pela avaliação pedagógica dos livros também inviabiliza ações afirmativas no sentido de inserir membros de outros grupos que não aqueles já conhecidos ou “estabelecidos”, utilizando como justificativa o cumprimento dos preceitos do “edital”. Embora se trate de argumento factível e legal, ao se observar os discursos apresentados no decorrer deste texto é possível interpretar esse contexto também sob outra perspectiva: de “fabricação de consensos” com vistas ao atendimento de interesses de um grupo sobre outro.

Por meio de investimentos seletivos, [...] contratação (e demissão) de pessoal, e algumas vezes por meio da influência editorial direta ou diretrizes, eles podem controlar parcialmente o conteúdo ou ao menos a dimensão do consenso e dissenso da maior parte das formas de discurso público (VAN DIJK, 2008, p. 45).

Do ponto de vista discursivo, essa estratégia de persuasão atua no sentido de aumentar as chances de formar representações mentais desejadas nos receptores: “Uma estratégia crucial quando se trata de disfarçar o poder é convencer as pessoas sem poder de que elas praticaram as ações desejadas em nome de seus interesses” (VAN DIJK, 2008, p. 84).

Uma das perguntas versava sobre a proporcionalidade de obras literárias com diversidade humana. A entrevistada rebate essa ideia ao informar que:

**RAP-PNBE:** *Não tem ninguém é interditando livro de literatura desta ou daquela conotação.*

[...]

**PQ:** *Tem uma pesquisa que analisou 2008<sup>7</sup> [...], ela verificou uma questão de proporcionalidade. Ela diz na pesquisa que num acervo de vinte livros [...] a orientação [...] (ela diz que estava no edital) que um livro seria ou de temática afro-brasileira ou africana, ou de temática indígena. Isso procede?*

**RAP-PNBE:** *De jeito nenhum. Não. Nunca.*

[...]

**RAP-PNBE:** *Não. Nós tentamos desesperadamente colocar. Desesperadamente. Mas por exemplo, se temos quatro acervos de anos iniciais para montar não podemos posso forçar, se não tiver quatro livros de temática racial bacana para inserir. Como não podemos forçar quadrinho, [...] livro de imagem,*

[...]

**RAP-PNBE:** *[...] mas temos que cuidar de diversidade de gênero, de diversidade de autores, diversidade de temática, diversidade de editoras.*

[...]

**PQ:** *Mas de qualquer maneira vocês conseguem perceber um aumento na quantidade de produção de livros que tratam da diversidade africana,*

**RAP-PNBE:** *Racial?*

**PQ:** *Indígena,*

**RAP-PNBE:** *Bastante. Bastante.*

**PQ:** *E você tem um motivo para isso? Imagina alguma coisa que fez com que*

**RAP-PNBE:** *Olha, eu acho que é o contexto, é a valorização, é a consciência de que isso precisa estar presente. Muitas vezes o livro é bacana mas tem ainda aquele resquício da militância, aquele resquício da preleção, aquele ressentimento e aí isso não cabe em literatura. E então não podemos selecionar o livro. Mas tem crescido muito. Agora, como bons guardiões da literatura, nós não colocamos qualquer coisa só para contemplar a temática, não. Ele tem que ser bom literariamente. Ele tem que possibilitar uma experiência estética. Por isso que é difícil você combinar literatura – livro didático eu acho que tem mais é que fazer isso; é obrigação, tem que escancarar, tem que abrir o jogo, porque está num processo de educação regular, fazendo com que esse país encare as coisas do jeito que elas precisam ser encaradas. – Agora, na literatura nós temos que achar um caminho. [...] Mas eu acho que a tendência do grupo é, dos autores, pelo menos, tanto na indígena quanto no racial é perceber que precisa ser literatura. Porque senão fica meio [sic]: vira tema transversal, vira paradidático e aí o edital é claro: isso aqui é para escolher livro de literatura. Não é paradidático, entendeu? Aí tem aqueles que se inscrevem como literatura mas você vê que a estrutura narrativa, que aquele enredo ali é um mero pretexto para divulgar uma causa, para discutir panfletariamente uma temática e aí nós que somos da literatura*

<sup>7</sup> A referida pesquisa é de Venâncio (2009).

*não aceitamos. Não aceitamos porque você não pode passar para a criança, para o adolescente, nós temos o compromisso de não fazer isso, de que aquilo é literatura.*

Essa perspectiva aproxima-se da argumentação de Rildo Mota (2012) sobre a recusa, por parte do processo de avaliação pedagógica do PNBE, de obras “explícita ou implicitamente engajadas, mas sim aquelas obras em que o caráter engajado se sobrepõe ao literário, transformando o texto em propaganda” (MOTA, 2012, p. 316). Mas para concordar totalmente com essa interpretação acerca de obras explicitamente engajadas é necessário ponderar sobre o caráter militante das obras que também se faz presente em autoras/es canônicas/os. Lima Barreto, por exemplo, como aponta Manoel Freire (2008, p. 4), “teria encontrado o termo ‘literatura militante’ em Eça de Queiroz”; Nathalia Campos (2013) destacou em sua pesquisa como escritores das décadas de 1930 a 1950, em especial Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, apresentavam um alto nível de engajamento em suas produções; Enio Passiani (2002) enfatiza o quanto a militância fez parte da obra e vida de Lobato e na defesa de seu plano de nação:

A literatura militante de Lobato procurava conquistar um público cada vez mais amplo, apontar para seus leitores os problemas do país e convidá-los para a ação. [...] E é fácil notarmos tal característica ao longo de toda sua obra. Já no seu primeiro livro de contos, *Urupês*, Lobato incorpora dois artigos que publicara n’*O Estado de S. Paulo: Velha Praga e Urupês*. Neles, o escritor paulista denuncia as queimadas comuns nas regiões interioranas do Estado e cria um dos seus principais personagens, o Jeca Tatu, avesso da imagem romântica do caboclo, para revelar, segundo ele, a ‘verdadeira’ face do homem do campo: indolente e doente. [...] O livro *O problema vital* alerta quanto ao problema do saneamento do país e é inteiramente dedicado à campanha da vacinação. A lista poderia continuar e seria extensa. O que é preciso frisar é o engajamento do escritor em praticamente todas as questões sociais do país: queimadas, saneamento, petróleo, eleições, etc. – problemas que faziam parte do cotidiano do povo brasileiro, sempre questões da ordem do dia. E foi este o material sobre o qual Monteiro Lobato se debruçou para elaborar o enredo de seus livros (PASSIANI, 2002, p. 250, grifos do autor).

Com uma lista extensa, como afirma Passiani, é importante destacar ainda o engajamento em obras como “O presidente negro” (no plano da eugenia) e “Emília no país da gramática” (no universo da Língua Portuguesa), ambos de Lobato. Sendo assim, a mera crítica à militância ou engajamento não poderia proceder, a não ser que, como afirma tanto Mota (2012) quanto a entrevistada, a obra não possibilite uma “experiência estética”. Por isso a importância de um olhar menos taxativo que previamente pode estar categorizando obras com temáticas para além das convencionais como inferiores.



Tratando da literatura negra e seu suposto caráter de militância como característica inata, Florentina Souza (2010) lança um alerta sobre o tema:

Não podemos deixar de falar de literatura negra como essencialização, nem podemos atribuir a uma produção que resulta de experiências vivenciadas diferenciadas nenhum traço de homogeneidade. Se existem aqueles que veem a literatura como um espaço para a denúncia das desigualdades sociais e suas vinculações étnicas, ou como uma arma de combate contra o racismo e a exclusão, existem outros que com lirismo e sensibilidade combatem de outra forma e a resgatam uma memória quase esquecida dos cantos religiosos, dos cânticos míticos, das festas e outras tradições que se reconfiguraram na diáspora e que hoje resistem nos textos inscritos nas memórias dos velhos, nas recordações, às vezes, imprecisas dos mais jovens, nos antigos casarios e nas ruínas das pequenas cidades e vilas que guardam segredos imemoriais (SOUZA, 2010, p. 125).

Regina Dalcastagnè (2012) argumenta sobre uma perspectiva que sintetiza essa análise: “Assim, a literatura, amparada em seus códigos, sua tradição e seus guardiões, querendo ou não, pode servir para [...] exclui[r], marginaliza[r]. Perdendo, com isso, uma pluralidade de perspectivas que a enriqueceria” (DALCASTAGNÈ, 2012, p. 21).

Outro aspecto de destaque nesse último excerto apresentado da entrevista é a ausência de correlação, por parte da entrevistada, da ampliação do número de livros com temáticas africanas e afro-brasileiras com as alterações no artigo 26A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sugerindo o raso conhecimento sobre o tema. Além disso, ressalta-se o pouco trato com as temáticas da diversidade étnico-racial por meio dos usos de modo não convencional dos vocábulos “temática indígena” x “temática racial” (p. ex. “tanto na indígena quanto no racial”), como se o primeiro correspondesse a temas relacionados à cultura indígena e o segundo relacionados à cultura africana/afro-brasileira, sugerindo um terceiro grupo que não seria racializado: o branco.

Outra parte da entrevista aqui analisada foi em relação a uma suposta censura que estaria ocorrendo sobre a obra de Monteiro Lobato e que tentava incidir-se também no PNBE.

**RAP-PNBE:** [...] *Eu sou contra qualquer tipo de censura. [...] e muito menos a censura a autor fundador infante-juvenil brasileira. [...] Ou nós aprendemos a contextualizar as obras e a formar mediadores de leitura capazes de propor a leitura da obra naquele contexto tendo sido ela produzida lá atrás ou então será o fim! A literatura vai passar por uma censura xiita, militante, da pior qualidade. Será um desserviço à literatura. Fazer bula, nota explicativa em texto literário para mim [...] é inconcebível, não se ter o compromisso com a literatura produzida no tempo que ela foi produzida e saber fazer as leituras posteriores dessa obra. Se nós reverenciamos clássicos, por que não faríamos*

*isso com uma figura da literatura infantil-juvenil como Monteiro Lobato? [...] a reação [...] foi: agora a gente escolhe Monteiro Lobato. [...] Porque a resposta tem que ser: 'Aqui não existe, não cabe esse tipo de censura feita à literatura por movimentos'. É compreensível, é extremamente compreensível, mas nós temos que lutar pela mediação adequada disso.*

**PQ:** *A nota explicativa não ajudaria nisso, nessa mediação?*

*[...]*

**RAP-PNBE:** *[...] quem faria essas notas explicativas? Gente da literatura que não concorda com isso? Quem produziria uma nota explicativa que não desvirtuasse, que não que não pusesse uma venda no texto?*

A preocupação da entrevistada refere-se ao caráter de censura que ameaça a manutenção da arte literária, produzida em contextos em que marcas das interações sociais (como o racismo) fazem parte. No entanto, diferentemente das propostas desenvolvidas pelos estudos críticos de relações étnico-raciais que buscam destruir ou ao menos desestabilizar tais bases, a interpretação da entrevistada caminha para a ideia de “naturalização” (THOMPSON, 2002). A naturalização também se opera na continuidade da entrevista:

**RAP-PNBE:** *Tem lugar que Monteiro Lobato está banido, está proscrito, não entra mais. As pessoas se 'arrepiam', é 'pecado mortal' trabalhar com Monteiro Lobato, mas eu sou uma pessoa da literatura! E eu estou convencida de que não é esse o caminho. Não é assim que se ganha uma causa, sabe? Eu sei que tem muitos anos de opressão, eu não sou capaz de dimensionar a gravidade disso historicamente. Mas eu tenho a convicção de gente da literatura que acredita que não é pela censura, sabe? São tempos marcados e vividos, demarcados por uma história que pode criar um viés que não conseguiremos sair dele depois. Daqui a cinquenta anos as pessoas olharão para esse momento e eu não sei o que irá acontecer. Eu não faço ideia. Eu acho que tudo poderia ser amenizado se tivéssemos uma formação de docentes – eu não falo nem de mediadores de leitura, porque isso já é uma coisa bem específica – mas do profissional da educação e da aproximação dele com a literatura, porque se ele é um bom leitor de literatura e se ele entende o texto literário, se ele contextualiza o texto literário, não será uma macaca na árvore, algo que o Monteiro Lobato falou lá atrás, sabe, uma nega beicuda, então, não pode nada? Nós vamos ter que pegar todo o Aloisio de Azevedo com o 'Cortiço', entre outros [...].*

A entrevistada encadeia o discurso buscando amenizar passagens racistas que são abundantes na obra do consagrado autor. A agressão racial é discursivamente destituída de importância. O ponto de vista daqueles que são ofendidos e discriminados não é assumido como forma de identificação com o oprimido; ao contrário é negado, mesmo em um contexto contemporâneo no qual as formas de racismo explícito têm sido relativamente divulgadas pela mídia (nem sempre com adequadas análises, é bem verdade), em que pessoas negras em posição de destaque – sobretudo jogadores de futebol

(SANTOS, 2014; VENANCIO; TAKATA, 2014) – têm sido vítimas de racismo por meio do xingamento de “macaco”.

Considerando que não temos ainda, como a própria entrevistada constata, uma formação de docentes adequada para trabalhar de modo crítico e coerente temas relacionados ao racismo, será que “*algo que Monteiro Lobato falou lá atrás*” não exerce impacto hoje em seus leitoras e leitores, já que grande parte delas/es estão em processo de formação tanto de leitura quanto identitária? Lembremos que as obras do PNBE possuem também um “endereço escolar”, ou seja, “particularidades do uso das obras no ambiente escolar” (MOTA, 2012, p. 315). De outro lado, essa reflexão também aciona outros eventos recentes relacionados à censura de obras literárias ou biografias, demonstrando a complexidade em que se insere a arte. Essa última discussão rapidamente estimula a pergunta: deve haver limites para a produção artística?, que também rapidamente desloca a reflexão inicial de que na ponta de um dos lados alguém está sendo agredido.

Van Dijk (2008) mostra que é comum para produtores de discursos em espaços de poder argumentarem “que não têm controle sobre o modo como as pessoas leem, compreendem ou interpretam seus discursos” (VAN DIJK, 2008, p. 33) o que, para o autor, não é uma ideia completamente infundada, já que “não há uma relação causal entre o discurso e sua interpretação” (VAN DIJK, 2008, p. 33). No entanto, o autor faz uma ressalva sobre a capacidade de influência dos discursos em contextos de poder:

Mesmo assim, apesar de tal variação individual e contextual, isso não significa que os discursos em si são irrelevantes nos processos de influência social. Há uma compreensão geral das maneiras como o conhecimento, o preconceito e as ideologias são adquiridos também através do discurso (VAN DIJK, 2008, p. 33).

Portanto, na medida em que uma obra discursiva, literária ou não, reitera agressões destinadas a um grupo humano, estamos diante de um impasse entre os limites da censura e da coerência que se adere a práticas de respeito aos direitos humanos. Mas, para além disso, retoma-se a discussão sobre os investimentos públicos envolvidos e a força discursiva presente em “*agora a gente escolhe Monteiro Lobato*”, com a justificativa de que “*a resposta tem que ser: ‘Aqui não existe, não cabe esse tipo de censura feita à literatura por movimentos’*”. A crítica à polêmica incidiu na possibilidade de uma censura a esse autor, considerado maior representante da literatura infanto-juvenil brasileira, e na

inadequada alternativa que essa censura sugeria: o recolhimento das obras ou a adoção de notas explicativas. Diante disso, uma das saídas adequadas seria, de acordo com a entrevistada, o investimento maciço na formação para bibliotecários/as e docentes sobre um trabalho apropriado com obras com tais características.

Tal perspectiva também é defendida na argumentação deste texto: é muito mais vantajosa para uma sociedade democrática a ampla discussão das obras canônicas e não canônicas em todas as suas potencialidades de análise. No entanto, coloca-se outra reflexão: a inserção de Monteiro Lobato como resposta aos “*movimentos*” pode ser considerada uma das alternativas adequadas? Nesse caso, é possível verificar o poder sendo exercido a serviço da manutenção de interesses de um grupo. Ou, ainda, na perspectiva de van Dijk (2008, p. 15), trata-se de “abuso de poder social por um outro grupo social” por estabelecer um discurso (e posteriormente uma prática) que poderá exercer influência nos segmentos atendidos pelo PNBE.

Obtém-se um controle direto sobre a ação por meio de discursos que possuem funções pragmáticas diretivas (força ilocutória), tais como comandos, ameaças, leis, regulamentos, instruções e, mais indiretamente por meio de recomendações e conselhos. Os falantes costumam ter um papel institucional e seus discursos apoiam-se com frequência no poder institucional. Nesse caso, consegue-se a aquiescência muitas vezes através de sanções legais ou de outros tipos de sanção institucional (VAN DIJK, 2008, p. 52).

Tal contexto, observado pelo viés dos modos de operação da ideologia de Thompson, também indica a ação da “legitimação”, de fundamento carismático, devido ao fato de Monteiro Lobato ser um consagrado escritor da literatura infanto-juvenil. Além da legitimação como categoria, uma estratégia classificada por Thompson com as mesmas características também se enquadra nesse contexto: a “universalização”, que se apresenta como “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos [e que] são apresentados como servindo aos interesses de todos [...]” (THOMPSON, 2002, p. 83). É inegável e incontestável a importância e qualidade estético-literária da produção lobatiana tanto para o público infanto-juvenil quanto para o público adulto. Mas a decisão de adquirir sua produção sob um suposto risco de perder espaço para a censura reitera a gravidade com o que os discursos de poder, fortalecidos pela tradição do cânone, podem atuar de modo ideológico na execução do PNBE. E isso ratifica, como consequência, o quanto essa política ainda se constrói em campos de tensão, mas não num sentido de tensão convencional à natureza política, e sim numa lógica de fragilidade por se revelar

um Programa altamente vulnerável e submetido aos interesses de grupos. E a constante tentativa de fabricação do consenso como sendo a alternativa correta e adequada para todos é que dá o caráter de abuso de poder fundamentado numa “base de poder que permita um acesso privilegiado a recursos sociais escassos, tais como a força, o dinheiro, o status, a fama, o conhecimento, a informação, a ‘cultura’ ou, na verdade, as várias formas públicas de comunicação e discurso” (VAN DIJK, 2008, p. 117).

Sobre a outra parte do último excerto aqui apresentado em que a entrevistada reconhece a gravidade do racismo operando na sociedade brasileira, é possível interpretá-lo sobre duas perspectivas. A primeira relaciona-se ao fato de que, por mais que sejam válidas as reivindicações, há, por parte da entrevistada, impossibilidade de adesão a uma perspectiva mais engajada de literatura ou de concordar com censuras, sob pena de contrariar seus princípios de comprometimento com a arte literária. A segunda pode ser interpretada a partir do que Bento (2002, p. 29) identificou como dificuldade de adesão em função da baixa “ligação emocional” com o grupo reivindicador. Nesse aspecto, a autora analisa que os “agentes da exclusão moral compartilham de características fundamentais, como a ausência de compromisso moral e distanciamento psicológico em relação aos excluídos” (BENTO, 2002, p. 29).

Igualmente problemáticas, essas perspectivas de interpretação apontam o quanto as tensões explicitadas por conta de uma polêmica parecem estar com solução distante. A preocupação principal é de que o racismo institucional continue produzindo discursos e ações fundamentadas em abusos de poder por parte de grupos que controlam a seleção das obras e cujas vozes direta ou indiretamente influenciam “outros discursos que sejam compatíveis com o interesse daqueles que detêm o poder” (VAN DIJK, 2008, p. 18). E esse poder, ainda que não total, é simbólico, “isto é, em termos do acesso preferencial a – ou controle sobre – o discurso público” (VAN DIJK, 2008, p. 18). “Crucial no exercício do poder, então, é o controle da formação das cognições sociais por meio da manipulação sutil do conhecimento e das crenças, a pré-formulação das crenças ou a censura a contraideologias” (VAN DIJK, 2008, p. 84).

### **O racismo escamoteado na legitimação: considerações finais**

Para interromper, e não encerrar essa análise, já que neste texto apenas uma parte da análise dos discursos captados na pesquisa foram apresentados, Cuti (2010) apresenta uma importante reflexão:

A literatura, em suas inúmeras tentativas de definição e conceituação, constitui uma das instâncias discursivas mais importantes, pois atua na configuração do imaginário de milhões de pessoas. Textos literários [...] chegam a ser impostos como leitura obrigatória em vários momentos de nossas vidas. Em outros são colocados à nossa disposição para que possamos escolher, nas vitrines e prateleiras das livrarias, em bancas de jornais ou nas bibliotecas. Essa disponibilidade de um livro [...] também é resultado de um ou de vários outros filtros. Filtrar significa reter algo e permitir que algo passe. [...] Assim como existe a tal 'linha' orientando o crivo (a escolha) entre os títulos a serem publicados ou não, também, posteriormente, haverá a seleção do que, estando disponível no mercado, deve receber o aval da publicidade ou da cumplicidade dos meios de comunicação e do Estado para redundar em leitura (CUTI, 2010, p. 47).

Concordando com o autor, reflete-se que se porventura não há, como afirmou a entrevistada, nenhuma interdição de livro literário de uma ou outra conotação, há pelo menos a manutenção de cânones baseados não só no “carisma” (conceito weberiano) e na qualidade literária, mas também no estabelecimento de barreiras frente a supostas tentativas de destruição da tradição pois, como lembra Cuti (2010, p. 47), “[f]alar e ser ouvido é um ato de poder. Escrever e ser lido, também”.

Não se pode negar, no entanto, que em outras partes não exploradas neste artigo ficou evidente no discurso da entrevistada o compromisso e o engajamento com o sucesso do PNBE como um Programa de formação de leitores/as. Mas predominaram, como aqui demonstrado, estratégias discursivas que reforçam a tese de racialização atuando nessa política educacional. E enquanto discursos e práticas legitimadoras em nome de uma “essencialização” e cristalização da arte literária restrita a determinados grupos de autoras/es ou concepções continuarem sobrepondo-se à democratização das vozes na literatura (posicionadas não mais como exóticas, apartadas ou menos qualificadas), estaremos diante da também continuidade do PNBE fundamentado em bases racializantes.

## Referências

BRASIL. **Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE):** leitura e biblioteca nas escolas públicas brasileiras. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 25-58.

CAMPOS, Nathalia de Aguiar Ferreira. Literatura e militância: o escritor brasileiro e seu ofício em sociedade nas décadas de 1930-1950. **ReVeLe**, n. 5, p. 1-19, mai. 2013, Belo Horizonte.

CUTI. **Literatura negro-brasileira.** São Paulo: Selo Negro, 2010 (Coleção Consciência em Debate).

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea:** um território contestado. 1. ed., Rio de Janeiro, Vinhedo: Editora da UERJ, Horizonte, 2012.

FREIRE, Manoel. A retórica do oprimido: sobre a ideia de literatura militante em Lima Barreto. **Travessias** (UNIOESTE. Online), v. 1, p. 1-16, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial: por um projeto educativo emancipatório **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 95-108, jan./dez. 2008.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. **O mundo na caixa:** gênero e raça no Programa Nacional de Biblioteca da Escola – 1999. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LOPES, Naiane Rufino. **Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) 2010:** personagens negros como protagonistas e a construção da identidade étnico-racial. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, 2012.

MOTA, Rildo José Cosson. Avaliação pedagógica de obras literárias. **Educação**. Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 308-318, set./dez. 2012.

PASSIANI, Enio. Na trilha do Jeca: Monteiro Lobato, o público leitor e a formação do campo literário no Brasil. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 7, p. 254-270, jan./jun. 2002.

SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. A Campanha #somostodosmacacos de Neymar: uma reflexão sobre o racismo no futebol. **Anais...** 4º Congresso Internacional Comunicação e Consumo – Comunicon 2014. PPGCOM ESPM, São Paulo, 08 a 10 de outubro de 2014.

SOUZA, Florentina. Cadernos Negros: literatura afro-brasileira? In: Edimilson de Almeida Pereira (Org.). **Um tigre na floresta de signos**: estudos sobre poesia e demandas sociais, v. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, p. 212-227.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. HOFFNAGEL, Judith; FALCONE, Karina (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2008.

VENÂNCIO, Ana Carolina Lopes. **Literatura infanto-juvenil e diversidade**. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009.

VENANCIO, Tatiana; TAKATA, Roberto. Negar existência colabora com a perpetuação do racismo ao longo dos séculos. **ComCiência**, n. 159, Campinas, jun./2014.